

**1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS**  
**SOCIEDADE, CONHECIMENTO E POLÍTICA**

**O Processo Migratório e a Mudança Social em Espaço Rural:**  
**Alguns Indicadores Importantes a Nível Local**

**José Fernando Monteiro Madeira**  
Universidade da Beira Interior, Covilhã

**Introdução**

A emigração europeia, enquanto elemento de uma mobilidade populacional global, não implica apenas uma saída mais ou menos definitiva do espaço nacional, mas tem geralmente em atenção um conjunto de práticas e representações que apontam, com frequência, para a encenação de um regresso.

Os intervenientes vivem constantemente repartidos entre um desejo de voltar e uma prática social que nem sempre lhe é favorável; entre um futuro incerto e o presente, o emigrante assume uma clara posição de ambiguidade. O sentimento de pertença à hierarquia social de origem é constante e, por isso, aí desempenha um papel importante, apesar da sua presença física se reduzir a um curto espaço de tempo. Faz parte desta estrutura como elemento de um grupo social distinto pelas características que adquiriu fora do contexto local e, se por um lado, lhe são atribuídas inegáveis qualidades de sacrifício e vontade de vencer as dificuldades<sup>(1)</sup>, por outro, as condições que adquire são, no início, localmente “invejadas”, porque inacessíveis para grande parte dos residentes.

Com a saída, melhoram-se as condições sócio-económicas e acelera-se o processo de mobilidade social até então preferencialmente associado a valores tradicionais de honra e prestígio só muito lentamente adquiridos. A possibilidade de “generalização” de uma situação económica e material mais favorável, mais do que nunca, transforma a sua concretização num importante sinal de ascensão social.

---

<sup>(1)</sup> A este propósito conferir as *Instruções para uso dos portugueses que se destinam a França*, Lisboa, Ministério do interior, Junta da Emigração, 1965.

A encenação do regresso vai-se efectuando através de um conjunto de elementos como os investimentos materiais feitos na aldeia (construção de casa própria, compra de terrenos, aquisição de pequeno comércio e/ou café, etc.), pela visita anual durante o período de férias ou pela participação na festa local em que “a aldeia distante se torna ponto de referência emocional” (Rocha-Trindade, 1987:727). Assim, transfere-se, representa-se e traduz-se na aldeia-pátria o conjunto de sentimentos que une uma comunidade, e esta comunhão alarga-se ao conjunto de todos os seus elementos de onde fazem parte também os pólos de atracção emigrante.

Por outro lado, a procura de estatuto ou elevação da categoria social leva a que, a transformação das condições sócio-económicas origine novas fórmulas de apropriação simbólica que rodeiam alguns acontecimentos: participação na festa da padroeira, construção de um local de culto (capela ou igreja), modificações no percurso do sagrado, pagamento de promessas, ida à missa dominical, etc.

A festa pode ser, em certa medida, um dos laços de maior importância entre ambas as comunidades – os que saíram e os que ficaram – e enquanto acto colectivo, “rodeia-se de representações, de imagens materiais ou mentais (...) põe em jogo níveis da vida social” (Isambert, 1982:160), mas manifesta também em si uma ruptura.

Mas a melhoria relativamente rápida do nível de vida por parte do emigrante, a partir do início dos anos 60, leva a que novos actores sociais se destaquem dentro do contexto social local e tenham, nas práticas colectivas realizadas na sociedade de origem e na apropriação do seu capital simbólico, elementos de sobra para um papel interventivo e de mudança social.

É deste facto que nos ocuparemos tentando trazer à discussão um conjunto de indicadores localmente importantes.

### **Dimensões do retorno, traduções materiais e representações simbólicas**

Tentar compreender o fenómeno do retorno, definir os seus exactos domínios e identificar os mais relevantes aspectos implica que, por um lado, se tenha em consideração que este corresponde ao fim de um ciclo iniciado há mais ou menos tempo e, por outro, que as suas características estão intimamente relacionadas com as particularidades assumidas pela saída e permanência no exterior.

Por outras palavras, pode dizer-se que, se a emigração em direcção à Europa Central constituiu um projecto familiar em que se encontram implicados vários

elementos e relações sócio-económicas, estes são orientados para a concretização do regresso ou para as formas como o mesmo se manifestará. A bem dizer, este assume-se com dimensões e características próprias e envolve diferentes gerações e motivações pelo que, importa considerá-lo tendo em vista a resposta a um conjunto de questões que colocam o seu entendimento no quadro global de um processo de que faz parte.

Abordar o problema do retorno é, nas palavras de Custódio Cónim, “antes de mais, analisar o contexto social, económico e geográfico do fenómeno emigratório português encontrando-se ele estritamente ligado ao volume de saídas, às motivações que o originaram e ao espaço geográfico em que se localiza” (1985:77). Todavia, reconhecendo a sua complexidade, estabelecer uma quantificação nem que aproximada é tarefa difícil, uma vez que, tal como a saída, o retorno “escapa” ao controle das instituições do Estado.

Os movimentos de retorno, porque (mais) prolongados no tempo e de menor monta que as saídas, não são tão visíveis o que, à primeira vista, pode conduzir a entendê-los como de baixo relevo social. Não é essa a ideia aqui defendida, não só porque são apenas uma (última) fase de um longo processo, mas também porque a acção sobre a realidade social local se desenvolve na sua ausência física.

O alfobre social local forneceu à emigração um contingente onde predominavam as ocupações ligadas à agricultura (agricultores, jornaleiros/as e pequenos proprietários) e à indústria local caseira (tecelões/tecedeiras, trabalhadores têxteis ou operários da indústria) e onde a formação profissional e académica quase não existia (cf. Madeira, 2000).

Estabelecendo uma relação simples entre o volume de saídas e o volume de regressos definitivos, pode afirmar-se que o segundo é claramente deficitário. Independentemente dos diferentes factores que motivam ambos, o seu volume jamais atingiu ou atingirá dimensões semelhantes às partidas e assume, não só por isso, características “menos importantes”.

A consequência deste comportamento pode traduzir-se num indicador simples: o elevado número de habitações, construídas predominantemente nas décadas de 60 e 70, e hoje vazias durante grande parte do ano ou, cada vez mais, fechadas anos consecutivos. As primeiras, servem ainda para os que anualmente passam parte das suas férias na terra natal e/ou em qualquer destino turístico nacional; as segundas, aguardam, no futuro, uma oportunidade de venda – logo que desapareçam os laços

familiares mais próximos ou se considere demasiado dispendiosa a sua ocupação por curto espaço de tempo que seja.

As décadas de 60 e 70 possibilitaram grandes realizações físicas locais e uma forte pressão exercida sobre o espaço envolvente ao “velho castro habitacional” que se traduziu na construção de um elevado número de habitações e na implantação de novos bairros, novos percursos espaciais e novas formas de apropriação. Esta realização canalizou parte significativa da aplicação das poupanças vindas do exterior e justificou, em grande medida, o envio de um número significativo de remessas. A educação dos filhos, caso existissem, e o aumento do património material e simbólico seguem a lista de interesses que implicavam, ao nível local, a existência de processos (e tempos) próprios de tradução e valorização social.

É na medida em que se alimenta o desejo de voltar, que estas e outras realizações se devem associar ao longo, e por vezes penoso, caminho da concretização do regresso definitivo. Este pode inicialmente ter sido admitido ou não, pode fazer parte de um projecto de futuro ou pertencer já ao passado, mas afigura-se claro que, independentemente das maiores ou menores possibilidades de concretização, é o grau de incerteza a razão de ser de muitas manifestações práticas dos indicadores locais.

As grandes realizações materiais efectuadas por parte da primeira geração de emigrantes, na sequência de uma melhoria sócio-económica evidente, surgem também como fruto de um passado de privações. Ou seja, o comportamento que se traduz na vontade de aplicar as primeiras poupanças na construção de casa própria (e, numa segunda fase, na aquisição de património fundiário), pode encontrar justificação nas dificuldades sentidas para a sua concretização, muito maiores se não se participa no movimento de saída. A consciência da importância que esta realização revela para a solidificação do projecto familiar é igualmente crucial para permitir o envio de remessas avultadas durante os anos 70.<sup>(2)</sup>

Digamos que, à partida, se associam dois propósitos bem definidos. Adquirir uma situação económica estável, internamente difícil de conseguir para quem tem como ocupação uma actividade agrícola ou é operário da indústria na cidade próxima e traduzir essa melhoria económica na conquista de uma autonomia familiar (conferida pela construção de uma habitação própria e digna) e na educação dos filhos.

---

<sup>(2)</sup> Andrea Caspari afirma: “The clearest single way in which the migrants affirm their material and symbolic commitment to Portugal is in the common project of building a house there. In the mid-1970’s about 70% of migrant remittances from France to Portugal went towards the purchase or construction of a house” (1985:195).

A utilização de informação recolhida localmente conduz-nos a um conjunto de dados que caracterizam os comportamentos perante o regresso segundo quatro indicadores: a situação face ao trabalho (população activa, estudante ou reformado), o tipo de regresso (*isolado* ou em família), o reagrupamento familiar e a construção de casa própria. O Quadro 1 sistematiza-a e conduz-nos à dimensão do contributo do grupo regressado para a mudança social local.

Assim (1) o reagrupamento familiar corresponde a 76,1% das saídas; (2) 63,4% do total de regressos são efectuados enquanto activos<sup>(3)</sup>; (3) as mulheres regressadas como activas correspondem a 24,0%; (4) o regresso é maioritariamente familiar e grande parte dos filhos, ainda em idade escolar, acompanha os pais (71,4%); (5) 21,1% dos regressados deixam filhos no país de acolhimento.

**Quadro 1. Caracterização da população/família envolvida no regresso**

	SITUAÇÃO	INDIVÍDUOS						SITUAÇÃO	FAMÍLIAS	
		H	%	M	%	HM	%		N.º	%
Regresso	Activos	34	30,3	5	4,5	39	34,8	Com reagrupamento	54	76,1
	Inactivos/reformados	32	28,6	17	15,2	49	43,8	Sem reagrupamento	17	23,9
	Domésticas	..	..	24	21,4	24	21,4	Total	71	100,0
	Total (pais)	66	58,9	46	41,1	112	100,0	Com filhos no estrangeiro	15	21,1
	Isolados/activos	2	2,6	5	6,5	7	9,1	Sem casa própria	4	5,6
	Com os pais	36	46,7	34	44,2	70	90,9	Com casa própria	67	94,4
	- Estudantes	31	40,2	24	31,2	55	71,4	- Reconstruída	37	52,1
	- Trabalhadores/activos	5	6,5	10	13,0	15	19,5	- Nova de raiz	30	42,3
	Total (filhos)	38	49,3	39	50,7	77	100,0	Total	71	100,0
	TOTAL	104	55,0	85	45,0	189	100,0	TOTAL	71	100,0

A percentagem de mulheres inactivas e domésticas indica que a situação económica construída no estrangeiro não a “obriga” a contribuir para o rendimento do agregado familiar. Apesar de, enquanto fora do país, ter desempenhado tarefas predominantemente relacionadas com o serviço doméstico, a limpeza ou a actividade industrial pouco especializada, o regresso é efectuado com a inclusão numa “nova” categoria social.

Por seu turno, os elevados valores de regressos em idade escolar incluem todos aqueles que, vindo na companhia dos pais, continuaram os estudos em Portugal. O normal é que voltem estando os filhos num nível básico de ensino, permitindo a sua progressão com poucas dificuldades de adaptação. Tal não significa obrigatoriamente a aquisição de formação académica de nível superior, mas esta é uma situação frequente.

<sup>(3)</sup> Conjunto formado pelas categorias *activos*, *trabalhadores/activos* e *isolados/activos*.

Tomando os valores do reagrupamento familiar e o número de famílias que deixam filhos no país de acolhimento devem esclarecer-se alguns aspectos. O primeiro, faz parte de um projecto familiar que confirma – através dos elevados valores resultantes (76,1%) – a procura de uma estabilidade emocional, a curto ou médio prazo, conduzindo à reunião familiar no estrangeiro. Todavia, este contém em si dois períodos em que o comportamento dos intervenientes não foi o mesmo. De um, faz parte um conjunto de regressos correspondente a indivíduos que saíram no início do movimento já com idade relativamente avançada e sem qualquer perspectiva, vontade ou possibilidade de reunir a família fora da aldeia; simultaneamente, a estada é relativamente curta e recheada de relatos de dificuldades, de inadaptação social e profissional. Ao outro, corresponde um conjunto de indivíduos mais jovens, muitas vezes já com actividade profissional exercida fora do contexto local, com maior nível de instrução e cujo projecto de saída prevê uma segunda fase após um período de adaptação e avaliação das condições de sucesso.

O segundo dado importante a considerar são os 21,1% de famílias que, regressando definitivamente, deixam descendentes no país de acolhimento. Os últimos, na grande maioria, formaram família e estão “integrados” na sociedade de acolhimento de modo que, voltar seria mais um problema de dimensões desconhecidas para quem domina pouco a língua mãe.

Considere-se ainda o volume de regressos à aldeia de origem (189 habitantes: 104 homens e 85 mulheres) que, embora pouco significativo no conjunto das saídas, é importante no atenuar das percas demográficas ocorridas no início do movimento e essencial ao rejuvenescimento populacional.

Finalmente, distribuam-se os regressos pelas décadas em que se efectuaram tendo em conta a sua condição e a possibilidade de um diferente desempenho no desenvolvimento local.

À década de 80 corresponde um maior número de regressos (136 indivíduos) sendo grande parte activos (33,8%) e estudantes (34,6%); o número de reformados (16,8%) diz respeito ao conjunto de indivíduos que não procederam ao reagrupamento familiar e que, por doença profissional, acidente, idade avançada ou opção, regressaram após uma relativamente curta permanência no estrangeiro.

Grosso modo, na década de 80 regressaram os que aí permaneceram uma meia dúzia de anos em média e quiseram acompanhar o percurso escolar dos filhos ou julgaram ter o suficiente para viver em Portugal sem grandes sobressaltos. Sempre pensaram que o seu futuro passava pela aldeia de origem e aí construíram casa

própria e acumularam algumas economias. Mas se para uns a educação dos filhos não possibilitou o abandono da vida activa por conta de outrem, outros dedicaram-se ao pequeno comércio como actividade económica autónoma capaz de manter o nível de vida pretendido.

É este grupo que mostra maior dinamismo e vontade de contribuir para a melhoria de uma situação sócio-económica ainda em transformação. Com as capacidades e conhecimentos desenvolvidos ou adquiridos no estrangeiro, criam emprego e riqueza, formam pequenas empresas economicamente viáveis; algumas, inicialmente de dimensão familiar, desempenham hoje um papel importante na dinamização social e económica local.

A década de 90 revela dimensões e intervenientes diferentes que não supõem a participação na vida activa como trabalhadores dependentes. Permaneceram o suficiente no estrangeiro para regressarem reformados e com possibilidade de beneficiar do esforço despendido. Os que optaram pelo reagrupamento familiar deixam parte dos descendentes no país de destino, o que os “obriga” a constantes deslocações e permanências no estrangeiro.

Todavia, corresponde-lhe um importante papel no contributo para a mudança, quer porque transportam consigo hábitos sociais e culturais que durante décadas aprenderam e a que se habituaram (hábitos de consumo, fácil mobilidade, modos de falar, de vestir e de se comportar nos locais públicos), quer porque estão interessados em manter os padrões de consumo e conforto que estão de acordo com a sua situação económica e vivência numa sociedade e cultura diferentes.

Contribuem para um “novo” aumento populacional directamente traduzido no número de eleitores locais, mas também no envelhecimento da população e na possibilidade de criação de um novo conjunto de relações sociais.

A actividade agrícola é uma das ocupações predominantes e com ela se dá a introdução de “novas tecnologias” colocadas ao serviço da produção de bens de consumo para o agregado familiar. A falta de mão-de-obra disponível para a execução das tarefas agrícolas, compensada pela mecanização de algumas destas, possibilita o aparecimento e desenvolvimento de trocas de serviços efectuada cada vez com maior intensidade.

A mecanização introduzida não vai muito além do autoconsumo e a disponibilidade de tempo permite que alguns dos equipamentos sejam utilizados por um grupo de indivíduos que comungam objectivos comuns, que partilharam tempos e espaços de infância e cujas experiências e vivências no exterior podem também ter

tido pontos de contacto. Muitos são familiares mais ou menos próximos que viveram relativamente perto no estrangeiro e aí mantiveram contactos e alimentaram relações de amizade.

É na ausência do ritmo produtivo de outrora, imposto pela dependência alimentar do agregado familiar a partir da actividade agrícola, da pressão do tempo e da obrigatoriedade de obter lucro que surge a reabilitação de um conjunto de trocas de bens e serviços que assumem características distintas de acordo com as particularidades dos seus intervenientes.

O (r)estabelecer de relações baseadas em novos pressupostos desempenha ainda outro papel extremamente importante: possibilita/facilita a (re)integração e (re)adaptação necessárias a uma realidade que, independentemente dos mais ou menos intensos contactos tidos durante a ausência, se modificou. Trata-se de afirmar um novo estatuto social, um lugar próprio na estrutura social local que nunca se abandonou e se ajudou a transformar, mas a cuja ausência demorada atribuiu um valor diferente.

Ao considerar importante a aquisição de capital social localmente valorizado através de uma actividade outrora colocada na base da estrutura social e de que se fez parte antes de sair do país, poderá parecer algo irrelevante. No entanto, a situação pode ser vista noutra perspectiva. Esta actividade, desenvolve-se segundo princípios e condições que não obrigam à obtenção de excedentes (e de rentabilidade económica) o que basta para eliminar a ideia de que esta prática é levada a cabo por estrita necessidade. Aplicar algum capital disponível e mecanizar tarefas pode ser “irracional”, mas é um risco que só pode ser corrido por aqueles que têm uma situação económica desafogada.

### **Construir casa própria: sinal de independência e “modernidade”!**

Uma das principais realizações para a primeira geração de emigrantes foi, desde início, a construção de casa própria. Se enquanto construção e objecto material com características arquitectónicas próprias e diferentes das tradicionais é vista como sinal de ruptura com o passado, enquanto objecto de tradução económica e representação simbólica, é também um sinal de independência, de “modernidade” e de aquisição de prestígio social.

A saída traduz-se, inicialmente, na possibilidade de melhoria económica concretizada na aquisição/construção de bens materiais em que a casa própria é a



primeira, mas esta não é apenas objecto material de maior ou menor visibilidade, conforto ou afirmação social, marca uma importante etapa familiar conducente à satisfação de uma necessidade básica e de afirmação na hierarquia social local.

Sem a melhoria do poder económico associado à emigração, as actividades económicas e ocupações profissionais de antes dificilmente possibilitariam a compra de terrenos e muito menos a construção de casa própria. Nestas circunstâncias as famílias constituídas não se podem facilmente autonomizar e conquistar um espaço próprio; os novos casais são obrigados a partilhar espaços já limitados pela existência de um elevado número de filhos por casal e as habitações existentes em número reduzido, são constantemente adaptadas no sentido de comportar cada vez mais elementos. A este propósito, os dados estatísticos indicam que o número médio de habitantes por fogo só diminui algum tempo depois do consumo das saídas em direcção ao exterior e da crescente mobilidade interna.<sup>(4)</sup>

Por comparação com as anteriores, as novas habitações construídas pela emigração, são sinal, não só das diferentes exigências, mas também do poder económico ao serviço da procura de prestígio social: devem ser novas e autónomas, não reconstruídas e feitas em espaços relativamente amplos com quintal anexo, próximas do antigo aglomerado urbano ou junto ao eixo rodoviário municipal, de modo a que a independência económica se traduza também numa autonomia de comportamentos e numa maior privacidade e liberdade de acção.

Com o esbracejar da aldeia e a dispersão por novos espaços, cada vez mais afastados e autónomos, cedem lugar também as anteriores relações sociais que reflectiam uma mais intensa ocupação do espaço habitacional e uma maior concentração de indivíduos. Num sentido prático, a ocupação do espaço e o aparecimento de novas áreas habitacionais são a perfeita tradução de um novo modelo de relações sociais que se baseia no individualismo e que então se generaliza.

Com efeito, “é essencial compreender que o espaço de carácter fixo<sup>(5)</sup> constitui o molde que afeiçoa uma boa parte do comportamento humano” (Hall, 1986:125) e, neste sentido, é também na forma dinâmica como o indivíduo se relaciona com o espaço que o rodeia e de que faz parte que se devem entender os seus comportamentos. As novas habitações, embora podendo obedecer a modelos mais ou

---

<sup>(4)</sup> A relação número de habitantes/número de fogos por freguesia dá-nos os valores 4,03 (1911); 4,09 (1940); 3,93 (1950); 3,18 (1960); 1,84 (1970); 1,61 (1981) e 1,66 (1991).

<sup>(5)</sup> Ou “espaços de organização fixa” onde se incluem os *edifícios de construção humana*, a organização de uma aldeia ou cidade.

menos adaptados ou importados, mostram o tipo de relações sociais efectivas ou pretendidas pelos elementos da família face ao exterior.

A habitação própria apresenta-se como nova não apenas nos aspectos arquitectónicos diferenciadores, mas também num novo tipo de relações sociais que potencializa e materializa. Enquanto território é “um prolongamento do organismo, marcado por signos visuais, vocais e olfactivos” próprios (Hall, 1986:121).

### **Alimentar utopias e provocar mudança: emigração e desenvolvimento**

Independentemente da pertinência das razões invocadas relativamente às dimensões da mudança, o caminho da pesquisa deve tentar encontrar formas de avaliação do seu impacto e análise do desenvolvimento. De facto, o estudo deste fenómeno revela um problema importante que é a dificuldade em encontrar uma medida de controle do desenvolvimento local, um ou vários elementos que meçam com clareza as suas consequências socioculturais e económicas. Ou seja, estudar o seu impacto local carece de indicadores que o possam medir ou avaliar e os trabalhos realizados revelam, frequentemente, ainda outra insuficiência: a falta de uma medida de controle dos avanços ocorridos se os residentes não saíssem do país.

Reveste-se de dificuldades a tentativa de avaliar até que ponto e emigração (e não apenas o regresso) se repercutiu no desenvolvimento local e, em muitos casos, a comparação com o “grupo de controle” (os residentes) parece inevitável. Por outro lado, conhece-se, e é muitas vezes pouco valorizada, a importância que a família ou grupo familiar enquanto centro de decisão e aplicação de poupanças tem para o desenvolvimento, mas, esta pode ser ainda um factor mais pertinente quando se trata de uma população bem localizada.

As transformações ocorridas nas últimas décadas são vistas como tendo dado passos significativos e a população em geral tem usufruído delas. Mas, para (ex)emigrantes, os avanços verificados traduzem-se quase exclusivamente na concretização de realizações materiais efectuadas de forma lenta, se comparadas com a sociedade onde vivem/viveram.

Na prática, estamos perante duas formas diferentes de encarar o mesmo fenómeno, nem sempre com preocupações, recursos e vivências sociais semelhantes. Para uns (os residentes), é possível associar a ideia de que os avanços, ainda que lentos e pequenos, marcam uma ruptura com o passado de privações; para outros

(emigrantes e ex-emigrantes), as mudanças são demasiado lentas, por referência à realidade do país em que vivem ou viveram parte significativa das suas vidas.

A emigração é vista como agente de mudança pelos seus intervenientes ou como elemento que, em diversos aspectos, ajudou a modificar positivamente a realidade social e económica. Os que saíram (ou alguns dos seus intervenientes) sentem-se em grande medida responsáveis pelo progresso da sua terra, quer o papel de intervenção corresponda apenas ao envio de remessas para uma conta bancária, à compra ou construção de casa própria, a aplicações fundiárias ou, noutros casos, à organização de uma actividade económica de carácter individual ou familiar.

O discurso dos que regressam, ou alimentam o desejo de o fazer num futuro próximo, conduz-nos ao entendimento de que o papel de intervenção não passa necessariamente pela criação de uma actividade empresarial capaz de gerar emprego e riqueza. A saída só por si não motiva os seus intervenientes no sentido de adquirirem, no estrangeiro, as qualificações que não conseguiram antes de partir ou de ganharem experiências que uma vez transplantadas para a sociedade de origem pudessem obrigatoriamente trazer inovação e riqueza.

Contudo, se na ausência a intervenção pode ser activa mas indirecta, depois do regresso o emigrante passa a ter um papel mais próximo. O contacto com uma realidade diferente facilitou a mobilidade sócio-profissional e tornou-o “intérprete no atenuar das assimetrias regionais ao alertar o poder central para a necessidade de infraestruturas, da formação de mão-de-obra e da criação de novos serviços. Paralelamente, o retorno implica o ampliar do investimento (...) que se reflecte directamente a nível local, enquanto que durante o período de emigração as remessas contribuíram, em grande parte, para o desenvolvimento nacional (...) (Santos, 1989:160).

Se a vinda implica uma situação profissional activa, a experiência adquirida no estrangeiro pode ter importância à hora da chegada e é relativamente vulgar a integração na actividade de construção civil que se mantém dinâmica e tem sede de conhecimentos práticos e técnicas vindas de um país mais avançado. Não surpreende pois que esta actividade seja das que mais progressos tem conseguido como resultado da incorporação de mão-de-obra “estrangeira”. Esta é, aliás, uma situação normal para os chefes de família quando voltam em idade activa.

Ainda quanto à actividade profissional pós-emigração e à criação de actividades empresariais é importante considerar que, se houve poucos progressos na qualificação obtida no estrangeiro, tal não significa que o insucesso se lhe associe. Ou

seja, dado o nível diferenciado dos dois contextos geográficos, é possível que o bem estar económico conduza à possibilidade de um investimento lucrativo na economia local.

Comum é ver o emigrante (ou ex-emigrante) fazer gastos que não estão ao alcance, ou não são do interesse, dos que não saíram e cujo contributo para a economia local é visto por estes como quase sempre reduzido. Na grande maioria dos casos, a aplicação das economias respeita a um conjunto de actividades que requerem um risco e investimento reduzidos. O objectivo é manter a níveis aceitáveis o rendimento familiar maioritariamente dependente das remessas enviadas de forma a poder comportar os custos dos estudos dos filhos, fazer face a despesas extraordinárias ou a possibilitar futuros investimentos imobiliários.

Preferencialmente, trata-se de actividades que pertencem ao sector dos serviços e que incluem o pequeno comércio de bens de primeira necessidade, a mercearia, o talho, o café, o carro de praça ou a oficina de reparação de automóveis (Quadro 2). Todas elas representam uma promoção social e o aumento de prestígio social face à situação de saída excluindo, à partida, o interesse em manter o mesmo tipo de trabalho exercido no estrangeiro.

**Quadro 2. Actividades económicas preferidas pelos emigrantes e pelos residentes locais.**

ACTIVIDADE ECONÓMICA/TIPO DE EMPRESA		EX-EMIGRANTE		RESIDENTE	
		Activa	Inactiva	Activa	Inactiva
1		2	3	4	5
I	Exploração agro-pecuária	1	0	1	1
	Sector primário	1 (9%)	0	1 (4%)	1
II	Indústria de expositores	1	0	..	..
	Indústria transformadora <sup>(a)</sup>	2	0	..	..
	Carpintaria/restauro	1	0	1	0
	Indústria de confecção	..	..	1	2
	Indústria de panificação	..	..	1	0
	Indústria de construção civil	..	..	3	0
	Serralharia (civil/alumínio)	..	..	2	0
Sector secundário		4 (36%)	0	8 (31%)	2
III	Café	1	1	6	1
	Talho	1	0	1	0
	Carro de praça	1	0	0	1
	Mercearia/minimercado	1	3	2	0
	Oficina de reparação de automóveis	1	0	1	0
	Mobiliário e artigos de exposição	1	0	..	..
	Armazém de alimentação e bebidas	..	..	1	0
	Comércio e electrodomésticos	..	..	1	1
	Contabilidade e seguros	..	..	1	0
	Cabeleireiro unisexo	..	..	1	0
	Materiais de construção	..	..	1	0
	Posto de venda de pão	..	..	1	0
	Outras	..	..	1	0
	Sector terciário		6 (55%)	4	17 (65%)
TOTAL		11	4	26	6

OBS: *Activa*: em funcionamento. *Inactiva*: já desaparecida.

<sup>(a)</sup> Indústria transformadora de desperdícios têxteis e de recolha de matérias-primas reutilizáveis na indústria de papel, plásticos, etc.

O levantamento do conjunto de aplicações económicas feitas por (ex)emigrantes e residentes conduz-nos à constatação de que (1) se os primeiros têm evidente apetência pelo sector dos serviços, com predomínio para o pequeno comércio não gerador de emprego<sup>(6)</sup>; (2) os residentes têm sempre tantas ou mais realizações que estes.

É compreensível que as actividades que mais mão-de-obra local utilizam pertençam aos residentes (construção civil, indústria de confecção, serralharia, etc.), mas a associação do conjunto de acções ao respectivo grupo “promotor” permite também definir um grupo de controle capaz de perspectivar a sua importância relativa. Deste modo, se sintetiza um importante indicador de desenvolvimento no contexto local que se prende com a criação de emprego e a produção de riqueza, a prestação de serviços e o aumento do nível de vida e bem-estar da população.

Todavia, deve assinalar-se o contributo para a vitalidade económica local associada ao regresso da última década. Este traduz-se em algumas importantes realizações no qual se incluem duas iniciativas inovadoras no âmbito da “indústria de expositores” e do “mobiliário e artigos de decoração”. De facto, a primeira importa pela transferência de conhecimentos adquiridos no exterior e moderna tecnologia utilizada, pela política de constante investimento e modernização tecnológica e profissional; a segunda, de carácter familiar, interessa pela originalidade na área dos serviços e possibilita a satisfação da procura local, consequência também da melhoria das condições de vida dos agregados familiares resultante da emigração.

Com características diferentes, outras podem considerar-se localmente importantes na satisfação de necessidades locais, embora ocupando menos mão-de-obra. Todavia, importa realçar que, o facto de se basear a aproximação ao papel da emigração na mudança local pelos aspectos materiais mais visíveis e quantificáveis próprios dos ex-emigrantes, não impede que se considere que se correm sempre dois riscos: (1) a análise peca por defeito, dada a existência de iniciativas não perceptíveis localmente e, conseqüentemente, (2) porque se levam a cabo investimentos fora da terra natal (centros urbanos mais próximos, grande cidade local ou nacional).

A concretização de um dos principais objectivos foi a construção de casa própria, e daí que todas as economias inicialmente se tenham destinado à edificação deste símbolo da emigração e de pertença à sociedade de origem. Nos tempos áureos a construção civil foi a actividade profissional que desempenhou o papel mais importante

---

<sup>(6)</sup> A existência de um “café” e três “mercearias/minimercados” como *inactivas* no grupo dos ex-emigrantes reforça essa preferência.

na economia local estabelecendo, em certos aspectos, a ligação entre o mundo rural e agrícola e o mundo urbano e industrial.

Mas, ao nível interno, esta revelou-se também essencial ao (1) absorver a mão-de-obra do sexo masculino excedentária na actividade agrícola em declínio; (2) possibilitar à mesma uma *qualificação profissional* importante à hora de pensar em sair do país; (3) permitir o investimento de um grande volume de economias, pela primeira vez com origem no estrangeiro; e (4) aumentar os rendimentos dos agregados familiares residentes que assim podem não sentir o desejo de partir.

**Quadro 3. Edifícios da freguesia segundo o grupo proprietário: 1999.**

EDIFÍCIO	EMIGRANTE		REGRESSADO		SUBTOTAL		%	RESIDENTES		%	TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	TOTAL	N.º	%	TOTAL	N.º	%
1	2	3	4	5	6 (2+4)	7	8	9	10	11	12 (6+9)	13
Construído de raiz	69	35,6	36	18,6	105	54,2	24,4	49	20,8	11,4	154	35,8
Reconstruído	54	27,8	29	14,9	83	42,7	19,3	184	77,9	42,8	267	62,1
Inacabado <sup>(*)</sup>	6	3,1	..	..	6	3,1	1,4	3	1,3	0,7	9	2,1
TOTAL	129	66,5	65	33,5	194	100,0	45,1	236	100,0	54,9	430	100,0
Alugado	13	6,7	6	3,1	19	9,8	..	..	..	..	..	..
Desabitado	116	59,8	..	..	116	59,8	..	..	..	..	..	..
Sem casa própria	..	..	6	3,1	6	3,1	..	..	..	..	..	..

<sup>(\*)</sup> Que não permite ser habitado ou que não foi terminado.

(..) Valor não apurado.

Pode dizer-se que, para grande parte dos que saíram, a concretização do regresso futuro depende, em certa medida, da construção de casa própria. É assim que o crescimento da construção civil se vai dirigir no sentido da satisfação das crescentes solicitações possibilitando, por um lado, alimentar esse desejo e, por outro, manter grande parte da população activa ocupada.

Todavia, estabelecer alguma “relação de causalidade” entre ambos factores cria uma evidente dificuldade em justificar o elevado número de habitações vazias durante grande parte do ano ou aquelas que cada vez mais o ficam anos a fio. De facto, é mais fácil estudar os propósitos que conduzem à saída do que identificar os da permanência no estrangeiro: estes, à medida que se efectua o reagrupamento familiar, nascem e se integram os filhos, vão-se modificando, e do desejo de voltar nem sempre se chega à sua concretização.

Os dados relativos ao número de edifícios que se relacionam com a emigração mostram que o parque habitacional actual é, em grande medida, fruto de um incontido desejo de regresso. Mas, pelas actividades paralelas que alimenta, mostra também as dimensões do contributo indirecto para o desenvolvimento local (Quadro 3).

## **Notas Finais**

A apresentação, ainda que sumária, de alguns indicadores localmente relevantes e caracterizadores da emigração, tem subjacente um “corpo legislativo” que valoriza a Pátria e a Família, a vontade de trabalhar, a honestidade, a perseverança e o espírito de adaptação dos intervenientes. De facto, as instruções publicadas pela Junta de Emigração na década de 60<sup>(7)</sup>, manifestam duas preocupações essenciais. Por um lado, pretendem facultar um conjunto de orientações relativas à circulação de pessoas, condições legais de trabalho, actividades profissionais a exercer e reagrupamento familiar e, por outro, assinalam a ideia de que o objectivo da saída é a melhoria das condições económicas da família.

Mas, os emigrantes, são também vistos como tendo uma alta representação do seu país e as aplicações resultantes da esperada melhoria das condições sócio-económicas devem ter em atenção o envio de dinheiro para os familiares e, no fundo, de divisas, que se poderão traduzir em mudança social local. Podem, pois, desempenhar o importante papel de elementos de mediação entre sociedades e culturas diferentes e, em muitos sentidos, importantes “constructores de indicadores” de mudança, tal como sucede na visão clássica da articulação entre sociedade rural e urbana.

A saída implica transformações sociais importantes ao nível da mobilidade e da criação de condições de aquisição de prestígio social e a “redistribuição de posições nas sociedades locais, com consequente modificação dos seus papéis sociais” é fruto do conjunto de alterações económicas e materiais (Rocha-Trindade, 1982: 25-26).

O poder de compra possibilitou uma alteração nos padrões de consumo individual e familiar associado à maior possibilidade em permitir aos descendentes adquirir conhecimentos fora do contexto local, contactar com realidades mais longínquas e aumentar a mobilidade espacial. A procura de uma vida melhor para os filhos, ou a conquista de uma situação economicamente mais desafogada de modo a aumentar as possibilidades de satisfação das necessidades individuais e familiares é, aliás, um dos principais argumentos justificativos da saída que possibilita a estes frequentar o ensino secundário e, posteriormente, o ensino superior.

---

<sup>(7)</sup> Cf. nota 1.

Todavia, o conjunto de realizações levadas a cabo pelos que saem e alimentam o desejo de regressar, apenas adquire sentido se tornado “visível” na sociedade de origem e se nela se colocar ao serviço de benefícios localmente valorizados. As intervenções iniciais, como resultado do aumento do poder de compra e da transferência de capitais de uma economia central para uma economia periférica, podem ter-se quedado por realizações materiais, mas são também importantes elementos de conquista de uma posição mais favorável na hierarquia social. A tradução material e simbólica de algumas dessas realizações podem mesmo ser vistas como elementos de algum desconforto e, frequentemente, o uso de expressões depreciativas relativamente a algumas dessas realizações ou comportamentos traduzem as dificuldades de articulação entre residentes e emigrantes.

## **Bibliografia**

- Caspari, Andrea (1985). “The return orientation among portuguese migrants in France”.  
Em Ferreira, Eduardo S.; Opello, Walter [orgs.]. *Conflitos e mudanças em Portugal 1974-1984*. Teorema: Lisboa, 193-203.
- Cónim, Custódio N. P. S. (1985). “Emigrantes portugueses: o regresso, 1960-1981”,  
*Rev. Centro de Estudos Demográficos: 1983 e 1984*. INE: Lisboa, (26) 73-126.
- Guichard, François [coord.] (1990). *Les portugais en Aquitaine: des “soutiers de l’Europe” à l’esquisse d’un partenariat privilégié?*. Editions de la Maison des Sciences de l’Homme d’Aquitaine: Bordeaux.
- Hall, Edward T. (1986). *A dimensão oculta*. Relógio d’Água Editores: Lisboa.
- Isambert, François-André (1982). *Le sens du sacré, fête et religion populaire*. Éditions de Minuit: Paris.
- Lewis, J. R.; Williams, A. M. (1985). “Emigrantes and retornados: a comparative analysis of the economic impact of return migration in the Região Centro”. Em Ferreira, Eduardo S.; Opello, Walter [orgs.]. *Conflitos e mudanças em Portugal 1974-1984*. Teorema: Lisboa, 227-250.
- Madeira, José F. M. (2000). *Mudanças desejadas e desenvolvimento provocado. Dinâmicas migratórias a partir de uma aldeia do concelho da Covilhã: o Peso*. UBI: Covilhã (Dissertação de Mestrado em Sociologia. Texto policopiado).



- Madeira, José F. M. (2000a). “Êxodo rural e emigração no concelho da Covilhã: o caso do Peso – freguesia rural”, *Anais Universitários*. UBI: Covilhã, Número especial Aniversário (no prelo).
- Poinard, Michel (1983). “Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa”, *Análise Social*, Lisboa, (76) 261-296.
- Rocha-Trindade, Maria B. (1982). “Da emigração às comunidades portuguesas”, *Temas Sociais* 15. Edições Conhecer: Lisboa.
- Rocha-Trindade, Maria B. (1985). “Emergência de uma nova cultura: os *portugueses de França*”. Em Ferreira, Eduardo S.; Opello, Walter [orgs.]. *Conflitos e mudanças em Portugal 1974-1984*. Teorema: Lisboa, 259-266.
- Rocha-Trindade, Maria B. (1987). “As micropátrias do interior português”, *Análise Social*. Lisboa, (98) 721-732.
- Santos, Norberto P. dos (1989). “Consequências da emigração para França no concelho de Sátão”, *Biblos*. Coimbra, 136-164.
- Silva, Manuela *et al.* (1984). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. IED: Lisboa.